

Uma abordagem política do meio ambiente

Petrônio De Tilio Neto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

TILIO NETO, PD. *Ecopolítica das mudanças climáticas: o IPCC e o ecologismo dos pobres* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Uma abordagem política do meio ambiente. pp. 3-36. ISBN: 978-85-7982-049-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

2. UMA ABORDAGEM POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

O ano de 2007 foi bastante significativo para ativistas e estudiosos das questões ambientais. Importantes relatórios declararam que o planeta está sofrendo alterações climáticas alarmantes, e que a ação humana é sua principal causadora¹. Furacões na América Central, enchentes na Inglaterra e incêndios na Grécia ilustraram bem a importância desses relatórios e da questão ambiental planetária que eles evidenciam.

Ainda é cedo para considerar 2007 um marco para as intempéries climáticas. Não tanto por falta de conhecimento sobre elas, mas porque elas talvez ainda não tenham atingido seu ápice. Os últimos anos têm sido marcados por eventos climáticos significativos, e não há indícios de que as coisas estejam se abrandando. Em 2006 fortes chuvas mataram milhares de pessoas e destruíram vilas inteiras nas Filipinas. Na Europa o Danúbio atingiu uma alta histórica, transbordando e forçando 10 mil pessoas a deixarem suas casas. Em 2005 o furacão Katrina atingiu o sudeste dos Estados Unidos, causando um imenso prejuízo social e econômico, e deixando Nova Orleans quase toda submersa. No mesmo ano Mumbai teve as chuvas mais fortes já registradas na Índia, chegando a mais de 93 cm de precipitação em um único dia. Em 2004 chuvas torrenciais arrasaram o Haiti, e várias semanas de monções fortes deixaram dois terços de Bangladesh submersos. Vale destacar também que onze dentre os doze anos mais quentes já registrados ocorreram após 1995. (MASTNY, 2007, p. xxix-xxx; BROWN, 2006, p. xxvii, 2005, p. xxvii; IPCC, 2007a, p. 5)

As mudanças climáticas propriamente ditas, bem como os relatórios recentes, serão o tema do próximo capítulo. O primeiro capítulo tem por objetivo estabelecer relações entre as questões ambientais em geral e a esfera da política – mais especificamente, da política internacional. Com isso pretende-se apresentar a base teórica e instrumental sobre a qual se apoia o restante deste estudo.

¹ A referência é aos relatórios parciais que formam o Quarto Relatório de Avaliação do IPCC. O IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change* – Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima) é uma organização intergovernamental do sistema da ONU. Ele será apresentado e descrito no segundo capítulo.

2.1 O meio ambiente

Os agrupamentos humanos, ao longo de sua história, desenvolvem interpretações teóricas que dão sentido à realidade que experienciam. O geógrafo Wagner Costa Ribeiro explica que a ideia de ambiente é uma dessas interpretações, e como tal pode aparecer em diferentes versões, variando de acordo com o tempo e lugar – ou, mais precisamente, de acordo com a civilização e a época. Os antigos gregos, por exemplo, concebiam o meio ambiente de uma forma holística e orgânica: homem e natureza eram duas ideias complementares, na verdade indistintas. O meio ambiente era visto como um todo no qual cada uma das partes (inclusive o homem) se articulava com as demais. A concepção moderna, por outro lado, distingue o meio ambiente natural do meio ambiente não natural ou humano. A natureza é pensada como exterior ao homem, portanto apartada dele e dos assuntos humanos. (RIBEIRO, 1991, p. 29-30, 2005, p. 16)

Essa distinção entre homem e natureza torna possível pensar em dois tipos de ambiente: o natural e o produzido. O primeiro é o ambiente que resulta dos processos internos da natureza, físicos e químicos, nos quais a presença do homem não interfere diretamente. Já o segundo é aquele ocupado pela ação humana, que necessariamente altera o ambiente natural. Os dois subtipos principais de ambiente produzido seriam o ambiente urbano e o rural, e seu modo de produção atualmente predominante, o capitalismo. Essa forma moderna de organizar as ideias (e, por conseguinte, de entender o mundo) possibilita que a natureza seja vista como um recurso à disposição do homem. Mas isso não ocorre sem consequências negativas, como deve ficar claro mais adiante.

A expressão *meio ambiente* é por vezes utilizada para fazer referência apenas ao ambiente natural. O geógrafo Francisco Mendonça fala de um período que vai do século XIX até meados do século XX, em que a ideia de separação entre a natureza e o homem era especialmente marcante. Para apresentar a temática ambiental de então Mendonça narra que, naquele período,

(...) por meio ambiente se entende a descrição do quadro natural do planeta compreendido pelo relevo, clima, vegetação, hidrografia, fauna e flora dissociadamente do homem ou de qualquer sociedade humana. (MENDONÇA, 2005, p. 21-22)

Já no período atual, desde meados dos anos 1960, a noção de meio ambiente engloba tanto o meio natural quanto o social. Esse desenvolvimento teria ocorrido especialmente no campo da geografia, que passa a estudar o meio ambiente a partir da interação entre a dinâmica natural e as relações sociais. (MENDONÇA, 2005, p. 22-23 e 61)

Ribeiro explica a necessidade desse desenvolvimento. Ao longo do tempo a ação humana vem imprimindo alterações bastante profundas no ambiente natural, tornando difícil apreender este último através apenas de seus processos internos. Para que se entenda a dinâmica de um ambiente natural é imprescindível estudar também os efeitos, mesmo que indiretos, da ação do homem sobre ele. Isso acontece porque é praticamente impossível, no mundo atual, encontrar um ambiente natural totalmente isolado da ação do homem.

(...) o ambiente natural também recebe intervenção antrópica, ainda que não seja ocupado por qualquer civilização. A dinâmica das massas de ar, das correntes marinhas, assim como os meios de transporte (dos objetos, das pessoas, dos dejetos) funcionam como irradiadores da ação humana em escala mundial (RIBEIRO, 1991, p. 30).

A inter-relação e a interdependência entre homem e natureza talvez já tenha conseguido aceitação no plano das ideias, mas no plano da prática essa reconciliação não se dá de forma pacífica. A relação homem-natureza é tensa, dadas as interações históricas, culturais, sociais, políticas e econômicas entre as sociedades humanas, que produzem e reproduzem essa dicotomia ao longo do tempo. A natureza tem um ritmo próprio, que não consegue acompanhar a velocidade das relações humanas – especialmente as relações de produção e consumo. O resultado é um descompasso persistente e crescente entre as atividades humanas e a natureza, criando uma relação de contradição e de antagonismo entre ambas.

Essa relação dicotômica, o descompasso que se reforça e a necessidade de reconciliação são temas que serão aprofundados um pouco mais adiante neste capítulo. Por ora é importante entender como a ideia de meio ambiente dá origem a um discurso científico (a ecologia) e a discursos sociais e políticos (ecologismo, ecopolítica), e como esses elementos se articulam entre si.

2.2 A ecologia, ciência dos ecossistemas

O francês Pascal Acot se preocupa em reconstruir a história e a evolução do conceito de *ecologia* (ACOT, 1990). A palavra teria sido cunhada pelo alemão Ernst Haeckel, discípulo de Darwin, em 1866. O termo, no original alemão *oekologie*, expressa a intenção de se criar um *logos* sobre o *oikos*, ou seja, um discurso racional sobre o hábitat. Nas palavras de Haeckel² (1866 apud ACOT, 1990, p. 27),

Por ecologia entendemos a totalidade da ciência das relações do organismo com o meio ambiente, compreendendo, no sentido lato, todas as “condições de existência”.

Acot se refere a esse neologismo, ecologia, como sendo uma “ciência do *habitat*”. Para o mesmo termo o também francês Jean-Pierre Dupuy já havia empregado a expressão “a ciência de habitar” (DUPUY, 1980, p. 22).

Em uma acepção inicial, Acot (1990, p. 1) entende a ecologia como “(...) ciência das relações entre os seres vivos e o seu meio ambiente”. E apesar do termo inventado por Haeckel ter esse sentido geral, apontando possibilidades mais amplas de estudo dos equilíbrios biológicos e naturais, Acot não o considera o pai da disciplina ecológica. O objeto de Haeckel – as relações entre os organismos vivos e seu meio externo – não era novo, e já era estudado por outras disciplinas como a geobotânica (a geografia dos vegetais). Era preciso acrescentar profundidade ao entendimento das tais relações entre ser vivo e meio externo. Foi isso o que fez o dinamarquês Eugen Warming, em 1895, ao dividir a geobotânica em geobotânica florística e geobotânica ecológica. A primeira se preocuparia com a classificação das flores, com o esquadramento do planeta em zonas florísticas e com os fatores limitantes da difusão das espécies de flores. Até aqui nenhuma novidade. Mas Warming também propõe a geobotânica ecológica, preocupada em entender como as plantas e comunidades vegetais adaptam suas formas e seus comportamentos aos fatores do ambiente externo – no caso, às quantidades disponíveis de luz, água, alimento e calor. Ainda que restrito ao reino vegetal, este era um primeiro sopro de vida de uma ciência da ecologia.

² HAECKEL, E. *Generelle morphologie der organismen*. Vol. II. Berlim, 1866, p. 286.

Embora Warming tenha trazido um avanço significativo no que diz respeito à profundidade das relações entre organismo e meio, sua proposta ainda era unilateral e estática. Ele não levava em conta as modificações que o sistema poderia sofrer ao longo do tempo e, mais importante, não considerava as alterações que os organismos vivos podiam causar sobre seu meio e sobre o sistema. É o norte-americano Henry Chandler Cowles quem dá à ecologia um aspecto mais dinâmico.

Também pensando especificamente na botânica, Cowles³ (1899 apud ACOT, 1990, p. 43) sugere que

O domínio da ecologia é considerar as relações mútuas entre as plantas e o seu meio ambiente. Tal estudo é para a botânica estrutural o que a geologia dinâmica é para a geologia estrutural.

Os geólogos que Cowles chama de modernos, ao analisarem determinada estrutura rochosa, têm em mente que estão olhando para uma fotografia estática de um fenômeno que na verdade é diacrônico, que evolui com o tempo. Determinada estrutura rochosa começa com uma forma diferente da atual, sofre modificações ao longo do tempo, e continua seu devir histórico para transformar-se em algo diferente. O tempo dessas transformações pode ser lento, como no caso das formações rochosas, ou bastante rápido, como nas formações de dunas; mas essas formas são apenas pseudo-estáticas, e sempre se modificam com o tempo. Do mesmo modo os ecólogos modernos entendem que as estruturas orgânicas, o meio ambiente e a interação entre ambos possuem formas cambiantes ao longo do tempo.

Essa ecologia não estática, que percebe os seres vivos em relação dinâmica com seu meio, foi fundamental para o advento de um elemento central da ciência ecológica: o conceito de *ecossistema*. Esse conceito foi criado em 1935 pelo inglês Arthur G. Tansley. Tansley parte da ideia de biocenose (que é uma comunidade de seres vivos) e a ela integra os fatores chamados físicos, não vivos. Considerar conjuntamente fatores bióticos e abióticos não era um passo inédito; esse já era o cerne do pensamento científico ecológico. A novidade estava em conceber ambos de forma integrada, como um sistema único. Essa integração foi efetivada pelo suíço François-Alphonse Forel, que sugere um modelo explicativo de como os

elementos bióticos e abióticos interagem garantindo a produção e a reprodução desse sistema unificado. Forel descreve como a matéria inorgânica, servindo de alimento para a matéria orgânica, dá origem a esta. Também descreve como os micro-organismos decompõem novamente a matéria orgânica morta em elementos inorgânicos. Trata-se de um ciclo fechado, que apresenta os mecanismos básicos da cadeia da vida.

No entanto, para completar a ideia de ecossistema, o modelo ainda necessitava de um toque cibernético. O ciclo descrito por Forel, como qualquer sistema, obedece às leis da termodinâmica, e isso significa que ele tende à entropia: o ciclo perde calor – na verdade, gasta energia – para se manter funcionando. Para que consiga se manter operando (e inclusive se expandir) esse sistema precisa receber energia adicional de fora. Isso é possível, já que não se trata de um sistema totalmente isolado. O suprimento externo chega na forma de energia solar, que é incorporada ao sistema graças aos organismos capazes de sintetizar essa energia pela fotossíntese. Sobre a base tríplice formada pelos fatores bióticos, fatores abióticos e energia externa, estava completa a ideia de ciclo trófico, que fundamenta e operacionaliza o conceito de ecossistema.

As bases da ecologia moderna são finalmente lançadas em 1942 por Raymond Lindeman. Esse ecólogo norte-americano organiza todos os elementos em questão em um modelo que é utilizado até hoje. Sua percepção do ciclo trófico impede a uma concepção de ecossistema como unidade fundamental da ecologia, na qual a comunidade biótica não pode ser claramente diferenciada de seu meio abiótico. Essa ideia de ecossistema tem uma significativa diferença com relação à proposta por Tansley, mais antiga. Na versão de Tansley os elementos biótico e abiótico coexistem e se inter-relacionam, mas ainda sem constituir uma totalidade como em Lindeman.

Lindeman descreve o ciclo trófico, essência do ecossistema, por meio de três pontos centrais. Em primeiro lugar ele propõe a transferência de energia de uma parte a outra do ecossistema como o processo fundamental na dinâmica das relações tróficas. O segundo ponto narra a entrada da energia solar no sistema, e explica como o processo da fotossíntese possibilita que essa energia se transforme em estruturas de organismos

³ COWLES, H. C. *The ecological relations of the vegetation on the sand dunes of Lake Michigan*. Chicago: The University Press, 1899, p. 3.

vivos. No terceiro ponto Lindeman⁴ descreve como termina e como se reinicia o ciclo trófico:

A ação combinada dos animais consumidores e dos decompositores bacterianos tende a dissipar a energia potencial das substâncias orgânicas, tornando a transformá-las em matéria inorgânica. As plantas autótrofas podem novamente utilizar matérias nutritivas dissolvidas nessa condição inorgânica e, tornando a sintetizar matérias orgânicas complexas, terminar assim o ciclo trófico. (LINDEMAN, 1942, apud ACOT, 1990, p.88)

Tal como Acot descreve a história da ecologia, o historiador britânico Clive Ponting analisa alguns de seus desenvolvimentos mais recentes (PONTING, 1995). Ponting parte dessa definição de ecossistema como uma comunidade de organismos e seu meio ambiente; ele também entende a fotossíntese como sendo a base da vida em qualquer ecossistema. Mas ele também chama a atenção para o fato de que as partes individuais de um ecossistema apenas são totalmente compreendidas quando vistas como partes de um todo maior. Tais partes, tanto as orgânicas quanto as inorgânicas, se interligam em um “(...) conjunto complexo de ciclos autorreguladores, elos de retroalimentação e ligações entre as partes diferentes da cadeia alimentar.” (PONTING, 1995, p. 42). Quando um elemento do ecossistema é removido ou abalado os reflexos são sentidos pelos outros elementos, e também pelo conjunto. O resultado concreto dependerá de diversos fatores como a natureza desse abalo, sua magnitude, o papel que os elementos afetados desempenham no conjunto, e o grau de resiliência do sistema.

Ponting também entende que, do mesmo modo que as plantas e animais (e elementos físicos) de um ecossistema são parte de um todo maior, os próprios ecossistemas fazem parte de uma totalidade mais abrangente, que é a própria Terra. Dessa ideia decorre que, se uma alteração em um elemento de um ecossistema for significativa o bastante, além de abalar o ecossistema em questão, ela pode ter efeitos sobre o planeta como um todo. Poderia, portanto, afetar todas as formas de vida e estruturas abióticas. Alterações na temperatura e nos índices pluviométricos de uma região, por exemplo, podem afetar o clima da Terra em sua totalidade, e portanto o clima de cada ecossistema em particular. Esses fenômenos já

⁴ LINDEMAN, R. L. The trophic-dynamic aspects of ecology. *Ecology*, nº. 23, 1942, p. 415.

fizeram os ecossistemas se modificarem muito ao longo dos milênios, tanto em sua estrutura quanto em sua distribuição geográfica.

Alterações dessa magnitude nos ecossistemas têm a capacidade de tornar habitáveis espaços antes inabitáveis, e vice-versa. Trata-se de alterar o próprio contorno dos ecossistemas, fazendo com que suas fronteiras avancem ou retrocedam. Mais do que isso, trata-se da possibilidade de que ecossistemas inteiros sejam destruídos ou recriados, com efeitos incalculáveis sobre a totalidade do planeta. No limite o sistema Terra poderia deixar de existir, ou então, em um cenário pouco menos apocalíptico, sofrer extinções em massa como já ocorreu no passado – e que da próxima vez poderiam incluir a espécie humana.

2.3 Os ecossistemas e a ação humana

Além dessa fundamental interdependência entre os ecossistemas, Clive Ponting ressalta que, para efeitos práticos, a Terra é um sistema fechado: nenhuma matéria entra ou sai do planeta. As únicas exceções são os meteoritos, uns poucos foguetes e os raios solares. Sendo a Terra um sistema fechado, todos os recursos aqui disponíveis são limitados (exceto a energia solar), e todos os resíduos gerados ficam presos no sistema. Isso acaba criando um problema que tem duas faces. (PONTING, 1995, p. 43)

O primeiro termo desse problema diz respeito ao esgotamento das fontes de recursos naturais. Antigos recursos podem ser substituídos por novos – como o carvão pelo petróleo e depois talvez pelo urânio. Mas os novos recursos também são limitados, e em determinado momento acabariam todos os recursos disponíveis. Uma solução possível reside no aproveitamento de recursos renováveis, como ventos e cursos d’água para a geração de energia, e madeira para a produção de bens. Mas os recursos renováveis também podem deixar a desejar. Em alguns casos podem não ter a mesma eficiência dos recursos esgotáveis; em outros podem não ser capazes de se renovar na rapidez necessária. Ou ainda, podem desviar recursos antes destinados a outros fins, como as terras agrícolas sendo utilizadas para produzir biocombustíveis.

O esgotamento dos recursos naturais se deve, em suma, à forma predatória com que o homem os consome. A pressão humana sobre o ambiente natural e seus recursos tem sido imensa. Por exemplo, desde 1950

o uso de madeira mais do que duplicou, contribuindo para que 50% das florestas originais da Terra desaparecessem. No mesmo período a pesca aumentou cinco vezes, acabando com 90% dos grandes predadores marinhos como o atum e o marlim (GARDNER; ASSADOURIAN; SARIN, 2004, p. 17).

A segunda face do problema é o acúmulo de resíduos no planeta. A capacidade humana de gerar resíduos é limitada apenas pelo esgotamento das matérias-primas. Grande parte desses resíduos não é facilmente reintegrada aos ciclos da natureza, e sua permanência traz graves danos aos ecossistemas em que se depositam. Estima-se que em alguns países em desenvolvimento os depósitos municipais recebam meio quilo de lixo de cada cidadão por dia. Extrapolando essa média para todos os países em desenvolvimento, sua produção de lixo estaria muito acima de 800 milhões de toneladas anuais, apenas para o lixo que acaba nos depósitos municipais. O simples crescimento populacional faria com que esse número subisse para 1,4 bilhões de toneladas em 2050; e se nessa data esses países produzirem tanto lixo per capita quanto os países industrializados o número chegaria a 3,4 bilhões (BROWN; GARDNER; HALWEIL, 1999, p. 93-95).

Esse problema duplo, de esgotamento dos recursos e de acúmulo de resíduos, tem sua saída na reciclagem. Dentro do sistema Terra tudo precisa ser reprocessado e reintegrado. Todo resíduo gerado precisa encontrar seu caminho de volta e se tornar novamente matéria-prima. Tudo precisa ser reaproveitado para que se mantenha esse imenso ciclo planetário. Porém as tendências dos últimos séculos, agravadas nas últimas décadas, apontam para um maior esgotamento dos recursos, uma maior geração de resíduos, e um nível de reciclagem muito abaixo do necessário.

O processo de extração e transformação de recursos e de geração de resíduos será chamado, neste estudo, de consumo. O consumo, por força dessa definição, é o causador do duplo problema ambiental, e também seu principal agravante. Nas últimas décadas o consumo global vem atingindo níveis alarmantes; esse aumento faz com que os recursos do sistema Terra se esgotem com maior rapidez, e que o volume de resíduos se torne cada vez maior.

Um dos fatores que faz aumentar o consumo é o crescimento populacional. A população mundial era de 2,5 bilhões de habitantes em 1950, saltando para 6,7 bilhões em 2007 (UNITED NATIONS, 2008, p. 3). Isso já revela um aumento significativo da necessidade de consumo. Em

algumas partes do mundo os recursos disponíveis podem não ser suficientes para suportar o crescimento populacional esperado; já hoje algumas regiões enfrentam essa dificuldade. No limite a própria capacidade da Terra de dar suporte à vida pode se esgotar pelo consumo intensivo de seus recursos⁵.

Entretanto não se deve pensar que o crescimento populacional aconteceria de maneira exponencial e indefinida caso os recursos naturais fossem inesgotáveis. Recentes projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam a estabilização da população mundial a partir de 2050, quando o mundo deverá ter cerca de 9,2 bilhões de habitantes, e a escassez de recursos não figura entre as causas centrais dessa estabilização. As principais causas apontadas são a diminuição das taxas de fertilidade e a alta mortalidade gerada pela AIDS (UNITED NATIONS, 2005, p. 6 e 17, 2008, p. 3) ⁶.

Para compreender o aumento do consumo em sua totalidade (e também em suas duas facetas: esgotamento de recursos e geração de resíduos) não basta olhar o crescimento populacional. Também é preciso levar em conta que os padrões de consumo se modificam ao longo do tempo, e que as várias regiões do globo apresentam padrões de consumo diversos.

Quanto às alterações ao longo do tempo, os padrões de consumo teriam acompanhado as mudanças no modo de vida das populações. Entre 1950 e 2007 a população mundial aumentou duas vezes e meia (de 2,5 para 6,7 bilhões), enquanto o consumo de determinados recursos cresceu de forma mais rápida. O consumo de grãos teria aumentado três vezes, o de água quatro vezes e o de combustíveis fósseis cinco vezes. A diferença entre o aumento do consumo e o aumento populacional é atribuída à disseminação de um modo de vida moderno e urbano, em substituição a modos de vida tradicionais e rurais. Segundo dados da ONU em 1950 apenas 30% da população mundial era urbana, mas em 2008 essa proporção poderia ultrapassar os 50% (UNITED NATIONS, 2008, p. 2-4; BROWN; GARDNER; HALWEIL, 1999, p. 25; KLARE, 2002, p. 144; GARDNER; ASSADOURIAN; SARIN, 2004, p. 17).

⁵ Cf. BROWN; KANE, 1994.

⁶ Na verdade algumas das projeções da ONU se baseiam em pressupostos que parecem ser no mínimo frágeis (UNITED NATIONS, 2005, p. 21-23), mas não compete a este trabalho analisá-los.

Quanto às diferenças ao redor do globo, os padrões de consumo variam de acordo com o grau de desenvolvimento de cada região ou país. Os Estados Unidos, por exemplo, representam 4,6% da população mundial (294 milhões de habitantes), mas consomem cerca de 25% de todo o petróleo extraído no mundo. A Índia, com mais que o triplo dessa população (1 bilhão de habitantes), tem um consumo per capita de grãos cinco vezes menor, e de energia quinze vezes menor. Em outro exemplo Estados Unidos e Canadá somam juntos 5% da população mundial, mas são responsáveis por um terço de tudo o que é gasto mundialmente em consumo privado residencial. Ao mesmo tempo o sul da Ásia e a África subsaariana, que somam um terço da população mundial, respondem por apenas 3% desse consumo (THE WORLD BANK, 2006, p. 8, 109 e 221; ROTTMANN, 2006, p. 32; KENNEDY, 1993, p. 29; BROWN; GARDNER; HALWEIL, 1999, p. 26; GARDNER; ASSADOURIAN; SARIN, 2004, p. 5-6).

Mas a solução para o consumo desigual não é necessariamente elevar os padrões de consumo dos países menos desenvolvidos. Isso seria insustentável para o planeta. Um cálculo de 1998 sugere que, se a densidade de automóveis dos países do Atlântico Norte fosse generalizada para um planeta com 10 bilhões de habitantes, o número de automóveis no mundo seria 10 vezes maior (MARTÍNEZ ALIER, 1998, p. 134). Considere-se a pressão que isso significaria sobre os recursos naturais (matérias-primas e combustíveis), além da poluição gerada na fabricação, manutenção, utilização e descarte desses veículos.

O avanço tecnológico às vezes é apontado como a solução para o crescente consumo global, tanto na extração de recursos quanto na geração de resíduos. No entanto a economia pós-industrial, com uso intensivo de tecnologia, pode levar a níveis de consumo maiores que os da economia industrial. A fabricação de um automóvel, exemplo de produção industrial pesada, utiliza uma quantidade de material equivalente a duas vezes o peso do produto final. Já na confecção de um microchip, exemplo de produção pós-industrial de alta tecnologia, o peso da matéria-prima chega a ser 630 vezes o do produto final. E os resíduos gerados na produção e no descarte dos bens pós-industriais também são bastante significativos em termos de volume de lixo, poluição e toxicidade. A economia pós-industrial não representa necessariamente a desmaterialização da produção (SARIN, 2004, p. 44).

As novas tecnologias, além de não resolverem o conflito entre a economia em expansão e o meio ambiente, ainda trazem consigo perigos desconhecidos. Por exemplo, perigos advindos do uso de sementes transgênicas e do armazenamento dos resíduos radioativos (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 36).

A argumentação anterior tentou demonstrar como o crescimento populacional, as alterações nos padrões de consumo e o avanço tecnológico – em suma, a ampliação da atividade humana – podem aumentar significativamente as pressões sobre o sistema Terra. Essas pressões têm efeitos não apenas localizados, mas também globais, já que os ecossistemas se interligam em um todo mais amplo. O sistema Terra corre perigo em sua totalidade, e não apenas em suas partes. A parcela do efeito estufa advinda dos automóveis dos países ricos afeta também os países pobres, e a parcela devida ao desmatamento das florestas tropicais afeta também as regiões temperadas e polares. O aquecimento global pode levar a um aumento do nível do mar, mais calor, alteração nos padrões de contágio de algumas doenças, mais migrações (animais, vegetais e humanas), dentre outros efeitos. Todos esses fenômenos devem afetar tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento, ainda que possivelmente de maneira diferenciada.

Pelo que foi exposto a busca pelo equilíbrio ecológico inclui a busca pelo equilíbrio social. Nas últimas décadas cada vez mais essa percepção tem encontrado terreno fértil. Isso ocorre apesar da lógica do mercado tratar as pressões humanas sobre o meio como externalidades, isto é, como elementos alheios a essa lógica, e que portanto não lhe dizem respeito. Ao menos esse é o pensamento econômico tradicional. Essas questões serão elaboradas com mais cuidado a seguir. Para concluir e reforçar as ideias desenvolvidas até aqui vale destacar as palavras de Ponting:

[Os seres humanos] são a única espécie capaz de pôr em perigo, ou até mesmo destruir, os ecossistemas dos quais dependem para sua existência. (...) A tarefa mais importante de toda a história da humanidade tem sido descobrir uma maneira de extrair, dos diferentes ecossistemas onde vivem os seres humanos, recursos suficientes para a manutenção da vida – alimentação, vestuário, habitação, energia e outros bens materiais. Inevitavelmente, isso significou intervir em ecossistemas naturais. O problema para as sociedades humanas tem sido equilibrar suas necessidades diversas, em oposição à capacidade dos ecossistemas de suportar as pressões resultantes (PONTING, 1995, p. 43-4).

2.4 A *ecopolítica internacional*

A partir daqui é necessário um cuidado adicional para que os termos utilizados sejam devidamente clarificados e para que não se tome um pelo outro. Expressões como ecologia, ecologismo, ambientalismo, ecologia política e ecopolítica não são equivalentes e nem intercambiáveis. Várias dessas expressões se entrelaçam em sua origem ou ao longo de sua história, o que constitui uma dificuldade adicional. É preciso saber utilizar corretamente esse aparato conceitual, pois utilizá-lo de modo indevido pode induzir o pesquisador a erro.

Pascal Acot, por exemplo, lembra que a história recente da ecologia se mistura à do ecologismo. Para Acot ecologia é a ciência das relações entre os seres vivos e seu meio ambiente. Já por ecologismo ele entende uma expressão social da preocupação com a natureza (ACOT, 1990, p. 1 e 7).

Jean-Pierre Dupuy também faz a distinção entre o movimento ecológico científico (preocupado em tecer um discurso racional sobre o habitar) e o movimento ecológico como expressão política e social, crítico do modo de produção industrial e de suas técnicas (DUPUY, 1980, p. 22-23).

O economista ecológico espanhol Joan Martínez Alier fala de um ecologismo (ou ambientalismo) surgido como reação social ao crescimento econômico. Ele se refere ainda a uma ecologia política, que seria o estudo científico dos conflitos pelos recursos ou serviços ambientais (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 21 e 110).

O cientista político Philippe Le Prestre também faz uma diferenciação entre ecologia (uma disciplina científica), ecologismo (uma doutrina ou participação política) e ecopolítica. Esta última, para Le Prestre, se refere às relações políticas no âmbito da proteção do meio ambiente e de seus recursos (LE PRESTRE, 2000, p. 15 e 19).

Apesar de fazer uso de vários autores este estudo evita uma postura eclética: não se pretende fazer aqui uma colcha de retalhos que agrupe sem qualquer critério posturas distintas. Ao mesmo tempo este estudo não adota uma postura ortodoxa: não pretende seguir à risca um único enfoque teórico, forçando a realidade a se encaixar na teoria. O que se pretende aqui é encontrar um caminho equilibrado entre esses dois extremos, adotando uma

terminologia tão consensual quanto possível entre os especialistas consultados. Dessa forma:

(a) A *ecologia* será entendida aqui como a disciplina científica que estuda as interações entre os seres vivos e seu meio ambiente. Os cientistas que se dedicam a esse campo serão chamados de ecólogos, e as questões referentes a ele serão chamadas de questões ecológicas.

(b) As expressões *ecopolítica* e *ecologia política* são equivalentes e intercambiáveis, mas este estudo opta por utilizar a primeira forma. Assim *ecopolítica* servirá para designar as disputas de poder e as decisões que envolvam questões ecológicas. Os praticantes da *ecopolítica* são os políticos, mas para distinguir esses atores de seus congêneres políticos este estudo pode recorrer ao termo específico “*ecopolíticos*”.

(c) Os termos *ecologismo* e *ambientalismo* serão aqui tomados como equivalentes e intercambiáveis, e serão utilizados para designar os fenômenos sociais que prezam o meio ambiente. Os termos *ecologista* e *ambientalista* também serão tomados como intercambiáveis, para designar os ativistas desses fenômenos sociais. Os assuntos da alçada desses ativistas serão chamados indistintamente de preocupações *ecologistas* ou preocupações *ambientalistas*.

(d) O termo *ambiental* se refere a meio ambiente (da mesma forma que vital se refere a vida, e estatal a Estado). Portanto pode ser utilizado em qualquer dos contextos delineados pelos três itens anteriores. Assim um estudo ecológico sobre o ecossistema de um rio pode ser chamado de estudo *ecológico ambiental* e/ou de estudo ecológico fluvial; um debate *ecopolítico* sobre a construção de uma hidrelétrica pode ser chamado de debate *ecopolítico ambiental* e/ou de debate *ecopolítico energético*; e um movimento *ecologista* contra as enchentes na cidade de São Paulo pode ser chamado de movimento *ecologista ambiental* e/ou de movimento *ecologista urbano*.

Dos quatro itens citados o último (*ambiental*) foi incluído tão somente a título de esclarecimento, e o primeiro (*ecologia*) já foi discutido. Agora é preciso tratar dos itens (b) e (c) – a *ecopolítica* e o *ecologismo* –, nessa ordem de exposição⁷.

⁷ A terminologia em questão é muito mais complexa e emaranhada do que o que foi exposto. Para o item (b) Le Prestre conta que, em francês, *ecologia política* “(...) se refere a uma ideologia e a um programa político empenhados em influenciar as políticas públicas, ou seja,

A *ecopolítica*, da forma como será aqui entendida, constitui uma espécie que pertence ao gênero chamado ciência política. Outras espécies do mesmo gênero são as políticas públicas, os sistemas eleitorais e a política internacional⁸. A *ecopolítica* pode voltar sua atenção para dentro do Estado, como uma modalidade de política interna, ou para fora do Estado, como política internacional. No plano internacional ela passou a ter relevância cada vez maior a partir dos anos 1990, como será visto a seguir.

Um dos marcos da *ecopolítica* é o livro de Philippe Le Prestre, *Ecopolítica Internacional*, onde são sistematizados seus fundamentos, atores, história, determinantes e consequências (LE PRESTRE, 2000). No entanto o termo já havia sido empregado anteriormente pelo cientista político Dennis Pirages em seu livro *The new context for international relations: global ecopolitics*. Segundo Pirages,

A *ecopolítica* representa a emergência de questões e conflitos ecológicos, éticos e econômicos mais amplos na política internacional, como uma substituta parcial das questões de poder militar, mais estreitas, típicas da política internacional da era industrial⁹ (PIRAGES, 1978, p. 30, tradução nossa).

a conquistar o poder (...)” (LE PRESTRE, 2000, p. 19). Para o item (c) Martínez Alier mostra como, na prática, os usos de ecologismo e ambientalismo variam: “(...) na Colômbia o ambientalismo é mais radical que o ecologismo; no Chile ou na Espanha, ocorre o contrário.” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p.21).

Le Prestre faz ainda um mapeamento cuidadoso desse emaranhado. Segundo ele, na França e na Bélgica, como neste trabalho, os biólogos da ecologia são chamados de ecólogos, e os militantes políticos são conhecidos como ecologistas ou “verdes”. No Canadá e Estados Unidos ecologistas são os cientistas, enquanto os defensores do meio ambiente são chamados de ambientalistas. Em outras partes da Europa e na África ambientalistas são os estudiosos ou gestores do meio ambiente. Le Prestre utiliza ainda um termo próprio para se referir aos militantes políticos: politecologistas (LE PRESTRE, 2000, p. 15 e 19).

⁸ Há alternativas para se mapear a genealogia da *ecopolítica*. Uma delas, que não exclui necessariamente a apresentada, consiste em levar em conta a distinção entre *política* e *ciência política* – sendo a primeira o conjunto dos fenômenos estudados, e a segunda a ciência que os estuda. Da mesma forma é possível pensar a *ecopolítica* como um conjunto de fenômenos, e é possível imaginar uma *ciência ecopolítica* como a disciplina que os estuda. Nesse caso *ecopolítica* e *ciência ecopolítica* poderiam ser espécies dentro dos gêneros chamados, respectivamente, *política* e *ciência política*. Da mesma forma seria possível conceber *ecopolíticos* e *cientistas ecopolíticos*, como espécies de *políticos* e de *cientistas políticos*.

⁹ “Ecopolitics represents the emergence of broader ecological, ethical, and economic issues and conflicts in international politics as a partial substitute for the narrower military power issues typical of the international politics of the industrial era”.

O ponto de vista expresso por Pirages ganha especial relevância com o final da Guerra Fria (1989-1991). A bipolarização militar e ideológica invadia todos os campos, deixando pouco espaço para assuntos alternativos. As preocupações militares dominavam o cenário mundial e monopolizavam os debates sobre segurança. Os anos 1990, que inauguram o período do pós-Guerra Fria, trouxeram um arejamento das relações internacionais. Com isso temas antes relegados a um segundo plano, como ecologia, sociedade e cultura, passaram a disputar espaço com os tradicionais temas estratégico-militares, chegando não raro a superá-los em importância (VILLA, 1999, p. 15).

A antiga agenda de temas de segurança fica cada vez mais borrada e anacrônica. Em muitos sentidos a economia se torna mais relevante para a segurança internacional do que a posse de armamentos modernos. Possuir uma saída para um oceano pode então adquirir uma conotação muito mais comercial do que militar. Nesse período muitos países adotam ou intensificam políticas de liberalização econômica e abertura comercial. A ideia de uma tecnologia nacional autóctone significava até então vantagens militares e estratégicas; mas com a globalização da economia ela passa a ser vista como sinal de atraso e de incompatibilidade com o mundo globalizado.

Muitos dos chamados novos temas de segurança ganham notoriedade apenas no pós-Guerra Fria; outros já estavam presentes havia mais tempo. As discussões sobre segurança internacional já levavam em conta a economia mundial pelo menos desde o auge do Império Britânico. Os direitos humanos já ganhavam algum espaço nos anos 1970, quando o presidente Carter governava os EUA, mas esse foi um processo de avanços e retrocessos. Os novos temas em geral, e a ecologia em específico, só ganham realmente visibilidade ao final da confrontação bipolar, quando acaba o monopólio dos temas estratégico-militares sobre a segurança internacional. Assim, mesmo que esses novos fenômenos não sejam na realidade tão recentes, há bastante novidade na importância que eles adquirem com o fim da Guerra Fria e o início do pós-Guerra Fria (VILLA, 1999, p. 84 e 105-106).

Mas Pirages acredita que uma mudança ainda mais profunda do que o final da Guerra Fria estaria sendo gestada no cenário internacional. Estaria se aproximando uma revolução mundial que faria com que os homens mudassem drasticamente seu impacto sobre o meio ambiente. Pela terceira vez uma revolução desse tipo tomaria lugar na história. A primeira

teria sido a Revolução Agrícola, ocorrida há cerca de 10 mil anos. Ela seria o resultado da domesticação de plantas e de animais, que levou a um aumento da produtividade, a uma maior segurança alimentar, a um grande crescimento populacional, e à fixação permanente das populações em um determinado território. A segunda revolução, a Industrial, culminou com o rápido avanço tecnológico do século XX. Ela resultou do domínio do homem sobre os combustíveis fósseis, do conseqüente aumento da produtividade, e do advento da produção em massa. Essa revolução também levou à exploração em larga escala de muitos recursos naturais não renováveis, o que ocasionou uma grande abundância material. Embora essa abundância tenha sido distribuída de forma desigual (tanto dentro das sociedades quanto entre elas), alguns setores e algumas regiões foram beneficiados. Isso ajudou a potencializar a explosão populacional e o aumento do consumo mundial. São justamente esses dois fatores que tornam cada vez mais iminente uma nova revolução. Essa terceira revolução, ao contrário das anteriores, não deve se caracterizar por um aumento da abundância material, mas sim por um ajuste entre a abundância desejada e a que é razoável atingir sem causar pressões excessivas sobre o planeta. Pirages não sabe ao certo como será essa revolução, mas acredita que ela já se anuncia na preocupação com as questões ambientais e com os efeitos da ação humana sobre o meio ambiente. Nesse sentido a ecopolítica global pressagia e também prepara a vinda da próxima revolução (PIRAGES, 1978, p. 4-5).

Como foi visto, Ponting questiona sobre como será possível ao homem continuar usufruindo dos ecossistemas dos quais depende sem os destruir e sem se autodestruir. A ideia de ecopolítica sugerida por Pirages trata justamente de questões desse tipo. E Le Prestre formula essas preocupações de maneira explícita quando, desenvolvendo a ideia de Pirages, diz que

A ecopolítica internacional visa dar à humanidade esta capacidade de continuar a viver coletivamente. Se, em muitos casos, a ciência nos ajuda a determinar o universo das opções possíveis, é a política que determinará as escolhas. (LE PRESTRE, 2000, p. 17)

Essa formulação deixa transparecer de maneira bastante precisa o que Le Prestre entende por ecopolítica. Trata-se de pensar o meio ambiente não apenas – ou melhor, não necessariamente – de um ponto de vista estritamente científico; este papel cabe primeiramente à ecologia. A

ecopolítica ocupa-se, sim, de pensar as questões ambientais do ponto de vista de sua viabilidade prática. Isso significa levar em consideração o jogo político, jogado por atores reais e autointeressados, e as possibilidades que esse jogo reserva (ou nega) para as questões ambientais. Nesse sentido a ecopolítica é, legitimamente, uma junção da ecologia com a política (LE PRESTRE, 2000, p. 15-19).

Le Prestre entende que os problemas relacionados ao meio ambiente são na verdade problemas políticos, e que por isso as soluções para os problemas ecológicos precisam ser necessariamente soluções políticas. Ele entende essa politização como inerente à esfera ambiental, e portanto inevitável e legítima. Para ilustrar e justificar essa opinião no plano internacional Le Prestre apresenta oito princípios, expostos a seguir de forma resumida (LE PRESTRE, 2000, p.19-39):

(1) A questão ambiental reflete tanto preocupações científicas quanto juízos de valor. Assim as decisões possíveis talvez não sejam as cientificamente mais adequadas ou as mais objetivas, e nem apenas o resultado do conflito de interesses particulares dos Estados. São um misto de ambas as coisas. A ação internacional dos países é pautada pela ciência, mas também reflete o que os Estados têm de mais arraigado: suas identidades nacionais e culturas particulares.

(2) A definição dos problemas ambientais e a escolha das soluções geram custos e benefícios que não são distribuídos de forma equitativa. Alguns Estados ganham enquanto outros perdem. A saída não é buscar uma solução que traga ganhos para todos, mas sim uma solução que distribua ganhos e custos de modo a não perturbar o equilíbrio de forças entre os Estados.

(3) Os conflitos gerados pelos problemas ambientais tendem a ser inevitáveis. Mas ao mesmo tempo são normais, isto é, fazem parte da lógica interna do sistema. Resolvê-los é uma questão de saber administrá-los. Todas as soluções são, antes de qualquer coisa, saídas negociadas.

(4) Os Estados são, em sua maioria, fracos dos pontos de vista institucional e econômico. Eles precisam se fortalecer nesses dois sentidos fundamentais, para que consigam lidar de forma efetiva com as questões ambientais.

(5) Estão em jogo fatores científicos, políticos, financeiros, econômicos e sociais, e é difícil ter certeza das implicações das decisões sobre cada uma

dessas esferas. A probabilidade de que surjam efeitos colaterais imprevistos é alta, portanto a prudência é fundamental.

(6) É mais importante que se chegue a uma definição consensual a respeito do problema do que adotar uma política que seja a ideal para resolvê-lo. O consenso interno e internacional é fundamental para que as políticas adotadas sejam respeitadas; não adianta encontrar uma política ideal que não conte com o comprometimento das partes envolvidas.

(7) O conhecimento científico não deve ditar as escolhas políticas. Há sempre o risco de que ele dificulte o consenso. Dúvidas científicas podem dar força para o partidarismo político, e a incerteza científica pode fortalecer a inação.

(8) As soluções propostas para os problemas ambientais não devem se sobrepor a outras questões importantes como o desenvolvimento, a equidade, a democracia e os direitos dos Estados ou dos indivíduos. Ao mesmo tempo o meio ambiente não pode ficar relegado a um último plano de importância.

Esses oito pontos fundamentam a ideia de que as questões ambientais são também questões políticas, e portanto conferem propriedade à ecopolítica internacional. Porém os problemas ambientais não dizem respeito apenas à política. Eles também afetam a sociedade civil organizada e a sociedade como um todo. A ecologia também é pensada segundo esses registros, como será visto a seguir.

2.5 O ecologismo

Jean-Pierre Dupuy diferencia entre duas modalidades do movimento ecológico. De um lado estão os cientistas, que estudam os equilíbrios biológicos e naturais. Estes são chamados aqui de ecólogos, cientistas da ecologia. De outro lado estão os ideólogos e militantes, que são ao mesmo tempo movimento político, social e corrente de ideias. Segundo a terminologia adotada neste estudo eles são chamados de ecologistas, e é a eles que se refere o *ecologismo*. (DUPUY, 1980, p. 22-23)

Conforme Dupuy esse ecologismo se estrutura como uma crítica ao modo de produção industrial (sic) e às próprias técnicas modernas. Portanto não se trata, como pode parecer à primeira vista, de criticar apenas as

relações sociais capitalistas ou o uso capitalista dessas técnicas. O marxismo também é alvo da crítica ecologista, pois apesar de denunciar a exploração do homem pelo homem, ele mascara uma exploração ainda mais radical, e uma alienação mais geral que a da mais-valia. Trata-se de uma guerra de todos contra todos, que se esconderia por trás das leis econômicas. Nesse sentido, para o ecologismo descrito por Dupuy, marxismo e liberalismo se equivalem. Ambos seriam formas diferenciadas de uma mesma representação social, assentada no avanço destrutivo do ocidente industrial, e portanto em oposição à natureza. Esse autor tem ele próprio ressalvas a essa posição, mas ela ilustra bem o escopo da crítica ecologista que ele procura apresentar.

A contestação ecologista apresentada por Dupuy está baseada em quatro temas principais (DUPUY, 1980, p. 27-37). O primeiro é o da sobrevivência da humanidade na escala planetária. Se todo o mundo tentar emular o modo de vida estadunidense e europeu o planeta pode ser lançado em direção a uma catástrofe. A tentativa de adotar o mesmo modelo de desenvolvimento dos ricos teria como consequência a destruição da Terra e do homem. Os países pobres possivelmente não gostam dessa constatação, mas desrespeitá-la desencadearia a chamada tragédia dos comuns: cada um quer tirar o máximo de proveito das pastagens coletivas, e nunca menos do que os outros; por isso cada um, em seu direito, enche essas terras com suas vacas particulares. O resultado é que os pastos são destruídos, as vacas morrem de fome, e os atores terminam no pior cenário possível.

O segundo tema da contestação ecologista é a crítica da economia e do fetichismo das forças produtivas. Marx postulava que para que o mundo chegasse ao socialismo seria antes necessário que o capitalismo triunfasse. O capitalismo traria a abundância que livraria o mundo da esfera da necessidade, abrindo as portas do reino da liberdade. Porém a expansão das forças produtivas capitalistas não suprimiria a desigualdade. Pelo contrário, segundo Dupuy, o crescimento econômico só poderia ocorrer baseado nas desigualdades e na ampliação destas.

Como terceiro grande tema do ecologismo está a crítica das ferramentas e do modo de produção industrial. O projeto técnico da sociedade industrial substitui o tecido social, que era uma trama de laços de solidariedade, por uma fabricação artificial, composta por relações produzidas e guiada por uma racionalidade instrumental. Os homens

deixam de consumir o que produzem, e de produzir o que consomem; com isso deixam de reconhecer os resultados de seus atos, e produzem apenas para seu próprio interesse egoísta. O homem se torna alienado e escravo de um modo de produção heterônomo. Com isso instala-se um ciclo vicioso e paradoxal que Ivan Illich chama de *contraprodutividade*, onde “(...) a medicina destrói a saúde, a escola emburrece, o transporte imobiliza e as comunicações ensurdecem e emudecem” (DUPUY, 1980, p. 34)¹⁰.

O quarto tema da crítica ecologista se refere ao Estado e à heteronomia política. O mundo ideal e ecologicamente coerente dos ecologistas reserva um papel central à sociedade civil, cuja organização deveria inclusive substituir o Estado. Assim aponta-se a necessidade de diminuir o poder centralizador estatal, bem como de reforçar as relações de reciprocidade e de cooperação da sociedade civil. Trata-se de uma recuperação da autonomia da sociedade e da consciência desta sobre si própria, resgatando-a da heteronomia do modelo industrial. Mas esse tema, menos avançado na reflexão ecologista, encontra-se envolto em uma dificuldade: como conciliar liberdade do homem e respeito à natureza?

Joan Martínez Alier segue o mesmo direcionamento geral de Dupuy, entendendo o ecologismo como uma explosão de ativismo que se expande como uma reação ao crescimento econômico. Isso não significa, no entanto, que todo o pensamento ecologista se oponha ao crescimento econômico; na verdade alguns ecologistas até o apoiam. De qualquer forma a economia está no cerne das preocupações ambientalistas, e é um dos critérios que permitem a Alier identificar três correntes principais do ecologismo: o culto ao silvestre, o evangelho da ecoeficiência e o Ecologismo dos Pobres (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 21-32 e 39).

Para além dessa categorização o autor identifica ainda uma forte reação antiecologista. Os antiecologistas se opõem, depreciam, desqualificam ou ignoram essas três correntes. Esse lobby talvez seja mais forte nos países do Sul, onde empresários, governo e remanescentes da velha esquerda juntam forças. Nesse contexto os ecologistas são acusados de submissão aos interesses estrangeiros, e de bloquear o desenvolvimento da nação. Alier cita como exemplos de ecologistas atacados os ativistas antitransgênicos na Argentina e os ativistas antinucleares na Índia.

¹⁰ A ideia de contraprodutividade é analisada e exemplificada por Dupuy no restante de seu livro (DUPUY, 1980).

Cabe aqui um breve parêntese. Ao falar em Norte e Sul Alier não se refere ao norte e ao sul geográficos – e o mesmo vale para este estudo. A referência é a uma visão de mundo social e econômica, que às vezes também aparece expressa em termos como “ricos e pobres” ou “desenvolvidos e em desenvolvimento”. A diferença é que, neste caso, “Norte” e “Sul” são termos relativos, e não absolutos; são dados um em função do outro, e não com referência a algum critério externo ou objetivo. E do mesmo modo que não é apenas geográfica, essa forma de ver o mundo não se aplica apenas às relações entre os Estados. Assim o Norte, no sentido de riqueza e desenvolvimento, também está presente no hemisfério sul e dentro dos países (e mesmo das cidades) mais pobres. Da mesma forma há Sul acima da linha do equador e no interior dos países ricos. Dividir o mundo em Norte e Sul é uma simplificação teórica, uma conceituação operacional da realidade, e é importante que se tenha consciência disso. Simplificar a realidade é um recurso necessário para pensar o mundo, de forma que a terminologia em questão aparece de forma recorrente neste e nos demais capítulos.

De volta a Alier e às três correntes do ecologismo, a primeira delas é o *culto à vida silvestre*, que consiste na defesa da parte da natureza que permanece intocada. Essa corrente não ataca o crescimento econômico em si, mas se posiciona contra os interesses materiais que utilizam a natureza como um meio para atingir objetivos externos a ela. As bases científicas do culto ao silvestre se encontram nos anos 1960, na biologia da conservação. Esta é uma biologia normativa, não meramente descritiva, que tenta auxiliar a biodiversidade a superar os desafios que ela encontra. Mas essa biologia também pode alegar outras classes de motivos para a preservação da natureza, como razões estéticas (a natureza como paisagem), utilitárias (por exemplo a fabricação de remédios), religiosas e culturais; ou ainda pode recorrer aos direitos humanos ou dos seres vivos.

Martínez Alier recusa a posição de Ronald Inglehart de que as preocupações dos ambientalistas seriam pós-materialistas, ou seja, de que manifestariam um luxo e não uma necessidade. Essa ideia data do final dos anos 1970, e reflete a percepção de que o ambientalismo estaria se desenvolvendo em países onde as necessidades materiais seriam menos urgentes por já terem sido satisfeitas. Mas Alier refuta essa percepção fundamentando-se em exemplos como os Estados Unidos, União Europeia e Japão, e entende que o ambientalismo se desenvolve justamente porque as

economias não alcançaram essa etapa pós-materialista. O ambientalismo teria ganhado forças porque as preocupações materiais continuavam surgindo e aumentando, e continuavam sem solução. E essa percepção era especialmente verdadeira para os países mais desenvolvidos, envolvidos em questões novas como a contaminação química e o lixo nuclear.

A segunda corrente do ecologismo é o chamado *evangelho da ecoeficiência*. Essa corrente se preocupa em ter uma visão da economia em sua totalidade, e como resultado centra-se na ideia de eficiência técnica, não deixando espaço para o sagrado – e nem para a natureza. Para a ecoeficiência o valor que se confere à natureza nunca é intrínseco; deriva sempre de uma visão da natureza como recurso natural, capital natural ou serviços ambientais. Mas embora limitada nesse sentido fundamental, a natureza é em outro sentido ampliada. Ela não é levada em conta somente em seu estado original e intocado, como na corrente anterior; também são consideradas relevantes suas potencialidades econômicas nas áreas transformadas pela economia industrial. Essa é uma natureza própria dos setores agrícolas e urbanos, que vem somar-se à natureza original.

A ecoeficiência consiste em analisar como a natureza pode afetar a economia, e em encontrar caminhos para garantir que a economia consiga aproveitar a natureza da melhor forma possível. Nesse sentido a ecologia se torna pouco mais do que a gestão científica dos recursos naturais. E mesmo quando Martínez Alier (2007, p. 28) se refere a ela como “(...) uma ciência gerencial para limpar ou remediar a degradação causada pela industrialização.”, as motivações dessa ecologia voltam-se muito mais para a economia e seu crescimento do que para a natureza como um valor intrínseco. Suas bases remontam aos engenheiros e economistas do século XIX, que inspiraram disciplinas como a economia ambiental e a ecologia industrial. Mas a ecoeficiência também deve muito a figuras relativamente recentes como o engenheiro químico e o biotecnólogo.

A ecoeficiência acredita poder contribuir para o desenvolvimento e o bem estar material da humanidade através do que ela denomina uma boa utilização dos recursos, capaz de gerar ganhos tanto para a economia quanto para o meio ambiente. Essa ideia tem raízes nas chamadas curvas ambientais de Kuznets, segundo as quais o aumento dos investimentos gera, em um primeiro momento, um aumento da contaminação ambiental, mas em seguida conduz à sua redução. Como se vê a corrente da ecoeficiência

opera em um registro fundamentalmente econômico, e prova disso é sua noção de desenvolvimento, que não vai além do crescimento econômico puro e simples. É nessa armação teórica que se inscreve a ideia de um desenvolvimento não apenas possível, mas sustentável. Também é daí que derivam sugestões como impostos ambientais, mercados de licenças de emissão de poluentes (como o mercado de carbono), e medidas para a economia de energia e de matérias-primas. O que está por trás de tudo isso é a ideia de incluir no preço dos produtos os danos ambientais que estes implicam. Essas ideias de desenvolvimento sustentável, desmaterialização da produção e precificação do meio ambiente serão aprofundadas junto com a próxima corrente.

As duas correntes vistas até aqui estão longe de esgotar o assunto, mesmo quando a elas se soma uma terceira, que será explorada a seguir. O debate ambiental é bastante complexo; cada uma dessas correntes se entrecruza com as demais, e nem sempre da mesma forma. O encontro entre elas às vezes traz vantagens recíprocas, e às vezes causa prejuízos mútuos. O mercado de carbono, por exemplo, é uma proposta fortemente identificada com o discurso da ecoeficiência, mas que também pode gerar uma preservação ambiental nos moldes do culto ao silvestre. Já o manejo florestal, também identificado com a ecoeficiência, pode entrar em choque com os direitos dos animais e portanto com o culto ao silvestre.

2.6 O ecologismo dos pobres

A terceira corrente ambientalista é o chamado *Ecologismo dos Pobres*. Ele servirá como marco teórico para este estudo (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 33-34).

Essa corrente analisa os impactos do crescimento econômico sobre o planeta, especialmente com relação ao deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte de resíduos. Essas atividades estariam avançando sobre novas fronteiras de expansão, indo dos países ricos em direção aos países pobres. É possível citar os exemplos de vários recursos e dos resíduos por eles gerados: são fontes de energia como o petróleo e o gás natural, metais como o cobre, o alumínio e o ouro, alimentos como o camarão e a soja transgênica, dentre outros. Um exemplo concreto é o dos pneus usados da União Europeia, que até pouco tempo eram vendidos ao Brasil, onde eram recauchutados e depois terminavam como lixo.

Essa corrente também entende as pressões sobre o meio ambiente como um elemento que tem servido para impulsionar um crescimento econômico desigual e assimétrico ao longo da história. Desse ponto de vista os países industrializados têm se tornado cada vez mais dependentes dos países do Sul, já que a pressão sobre a natureza se torna mais significativa no Sul, mas o crescimento econômico que ela possibilita favorece principalmente o Norte. Basta verificar que os Estados Unidos importam metade do petróleo que consomem; que a União Europeia importa quatro vezes mais materiais e energia do que exporta, enquanto a América Latina exporta seis vezes mais do que importa; e que o continente que mais realiza trocas comerciais com a Espanha, em quantidade de produtos, é a África.

O nome Ecologismo dos Pobres foi sugerido em 1988 pelo historiador peruano Alberto Flores Galindo, mas o espanhol Martínez Alier é quem o popularizou desde então. A expressão refere-se não apenas a uma ótica sobre o meio ambiente desenvolvida a partir dos países pobres. Refere-se também ao modo como populações marginalizadas (como povos indígenas e camponeses), tanto nos países ricos quanto nos países pobres, mantêm muitas vezes relações sustentáveis com a natureza. Essas ideias também aparecem reunidas sob outros nomes como ecologismo popular, movimento de justiça ambiental, ecologismo da *livelihood* (ou subsistência), ecologismo do sustento, ecologismo da sobrevivência humana ou ainda ecologia da libertação.

Do ponto de vista científico e acadêmico essa corrente recebe apoio e subsídios de diversas disciplinas como a agroecologia, a etnoecologia, a ecologia urbana, a ecologia política e a economia ecológica. Estas duas últimas são os próximos temas a serem abordados.

Martínez Alier (2007, p. 113) afirma que

Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida.

Os fatores que determinam a distribuição ecológica são naturais, como o clima, a qualidade do solo e a localização das jazidas. Mas esses fatores também podem ser sociais, culturais, econômicos, políticos, tecnológicos etc.; quando fatores assim operam, a distribuição de determinado recurso muitas vezes deixa de ser vista como um dado imutável da realidade e passa a ser

motivo de conflito. O estudo desses conflitos ecológicos distributivos – por recursos ou serviços ambientais, comercializáveis ou não – é justamente o que Alier chama de ecologia política (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 110 e 113).

A ecologia política surge justamente a partir dos conflitos ecológicos distributivos. Mais especificamente, ela surge a partir da transferência das pressões ambientais (e de seus custos) das unidades mais fortes do sistema para as mais débeis. A contaminação e a expropriação de recursos prejudicam determinadas partes, para que outras sejam favorecidas. Esse mecanismo é observado nos níveis local, nacional, regional e global, e portanto a ecologia política opera em todos esses níveis.

As cidades, e em especial as metrópoles e megalópoles, representam bem essa dinâmica. Dada sua densidade populacional elas são insustentáveis por natureza, mas criam para si uma sustentabilidade artificial ao ignorar grande parte de seu custo ambiental real. Suas fontes de energia e de matérias-primas, bem como suas áreas de descarte de resíduos, espalham-se por uma área diversas vezes mais extensa do que a da cidade propriamente dita. Os custos de sua existência são transferidos para longe no espaço e no tempo, e quem paga por eles são outros, ou então são as gerações futuras (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 212-213 e 227).

A ideia que Alier tem de ecologia política (estudo dos conflitos ecológicos distributivos) pode ser englobada na ideia de ecopolítica adotada neste estudo: disputas de poder e decisões envolvendo questões ecológicas. Ao mesmo tempo, por se tratar também de um movimento de conscientização desses conflitos e de reação a eles, a ecologia política de Alier pode ser pensada como um tipo de ecologismo tal como entendido neste estudo: fenômenos sociais que prezam o meio ambiente. Desse modo o Ecologismo dos Pobres de Martínez Alier, que nada mais é do que uma modalidade (ou corrente) de sua ecologia política, pode ser entendida, segundo os termos desta investigação, como uma forma de ecopolítica e como uma forma de ecologismo. O Ecologismo dos Pobres aproxima essas duas categorias de pensamento porque se recusa a ser tratado apenas no nível da tomada de decisões políticas ou apenas no nível da sociedade civil organizada.

Outra disciplina que contribuiu bastante para a formação do Ecologismo dos Pobres, e que portanto ajudará aqui a reconstruir suas bases, é a economia. Mais especificamente a economia ecológica, que trata do enfrentamento constante e inevitável entre o sistema econômico e o meio

ambiente. Essa disciplina abre espaço para um Ecologismo dos Pobres ao explicar, através da economia, os conflitos ecológicos distributivos. Ela também dá uma nova perspectiva sobre a economia enquanto ciência que explica e coordena os processos do sistema fechado que é a Terra (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 18, 41-47, 333).

A economia ecológica estuda o enfrentamento entre a expansão econômica e a conservação do meio ambiente, tal como esse enfrentamento vem ocorrendo na prática. Não se trata de uma contradição estrutural, ou seja, não é inerente a todo crescimento econômico causar dano à natureza. O problema reside em determinado modelo de crescimento econômico.

A economia ecológica enxerga a biosfera terrestre como um ecossistema global, um sistema fechado e finito. Nesse sentido a principal contribuição da economia ecológica é desenvolver indicadores da (in)sustentabilidade dos processos econômicos tomados em sentido amplo, ou seja, da ação antrópica sobre o meio. Por exemplo, a economia ecológica vai contra a ideia da economia convencional de que crescimento econômico e desenvolvimento econômico são equivalentes. Crescimento econômico significa apenas aumentar a escala dos processos econômicos atuais, e isso talvez não possa ser feito de maneira sustentável. Já o desenvolvimento pode ocorrer de forma sustentável, pois diz respeito a alterações na própria estrutura econômica e social em questão.

A ideia de desenvolvimento sustentável se consolida no plano internacional com o relatório Nosso Futuro Comum¹¹ ou Relatório Brundtland, de 1987, de autoria da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU. Nesse relatório desenvolvimento sustentável é definido como “(...) aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988 apud RIBEIRO, 2005, p. 112). Mas, segundo Alier, esse relatório se referia na verdade a *crescimento* sustentável, e não a *desenvolvimento* sustentável. Para evitar a confusão entre os dois termos, Alier sugere que se fale apenas em *sustentabilidade* (MARTÍNEZ ALIER, 1998, p. 99-101, e 2007, p. 47).

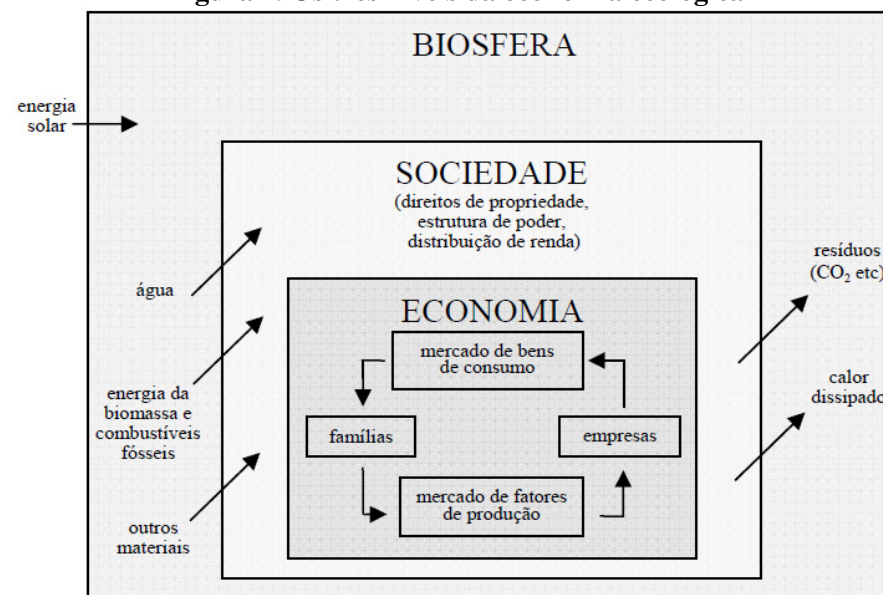
¹¹ CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

Do ponto de vista da economia ecológica, para se entender completamente a inserção da ação humana no sistema Terra é preciso compreender que a organização desse sistema se dá em três níveis concêntricos (Figura 1). Esses níveis são, em grau crescente de abrangência, a economia, a sociedade e a biosfera. A economia convencional restringe sua visão e suas preocupações apenas ao primeiro nível, demonstrando que enxerga a si própria como autossuficiente. Entretanto o modelo de precificação da economia convencional é falho, pois desconsidera os custos que os insumos geram em termos de contaminação ambiental e de desgaste das fontes de recursos. Ou seja, ela não leva em conta as chamadas externalidades (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 42-48, 52-55 e 66-68).

Segundo Le Prestre (2000, p. 45)

O conceito econômico de externalidade se refere às consequências de uma atividade econômica exterior ao mercado, motivo pelo qual os impactos dessa atividade não são contabilizados no preço de custo.

Figura 1. Os três níveis da economia ecológica



(Fonte: Baseada em MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 48)

A economia ecológica sugere que essas externalidades sejam todas internalizadas, ou seja, que sejam contabilizados todos os custos envolvidos, tanto os diretos quanto os indiretos. Trata-se de levar em conta toda a mochila ecológica de um produto, isto é, a

(...) quantidade de matérias-primas que intervém e que deve ser movimentada no ciclo de vida de um produto e, ademais, que permanece no ambiente como resíduo. (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 44, nota do tradutor).

Em suma, a economia ecológica tenta imprimir uma visão mais totalizante no cálculo dos preços; uma visão que considere todo o ciclo natural dos produtos (e serviços) no ecossistema, desde a extração dos recursos, passando pela produção e por toda a vida útil do produto ou serviço, chegando ao seu descarte, e acompanhando-o de volta em sua reintegração ao ecossistema terrestre. Alier utiliza a expressão “(...) desde o berço até o túmulo, e depois, desde o túmulo até o berço (...)” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 52). Na prática isso significa a criação de impostos sobre o esgotamento do capital natural e sobre a contaminação do meio ambiente, dentre outras coisas. Alier está convencido de que se todas as externalidades fossem consideradas no preço final dos produtos, as decisões econômicas sobre a produção seriam outras.

Mas a economia ecológica vai além dessa discussão sobre o valor crematístico (ou pecuniário) dos recursos e serviços ambientais. Ela trata também das “(...) relações entre os conflitos ecológicos distributivos e os diversos discursos de valoração” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 45). Em outras palavras, trata das diferentes formas de se pôr um preço na natureza, dos quais a equivalência em dinheiro é apenas uma possibilidade. Também é possível aferir o valor de determinado recurso dos pontos de vista histórico, cultural, humanitário, científico, dentre outros. Por exemplo, determinada área de uma metrópole pode ter um elevado valor crematístico por ser estratégica para a construção de um novo viaduto, mas pode também abrigar um prédio insubstituível por seu valor histórico. Ou ainda, em um exemplo de cores mais fortes, aproveitar a mão de obra barata de determinada população pobre é tentador, do ponto de vista do lucro, para qualquer empresário; mas o valor não monetário conferido à vida humana impede (ou deveria impedir) que expedientes desse tipo fossem levados adiante.

Desse modo a economia ecológica leva a natureza em consideração, não tanto em termos crematísticos, mas utilizando-se de indicadores físicos e sociais. Alier entende que indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) levam em conta apenas valores econômicos. Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inclui também elementos sociais. Fica faltando um novo indicador que considere também o meio ambiente, e que lhe atribua um peso mais condizente com sua importância real.

Mas, considerando-se que diferentes valores coexistem em uma mesma questão, a elasticidade pretendida pela economia ecológica se depara com uma dificuldade que é central: a de tornar comparáveis valores que podem ser de natureza bastante distinta. Nesse aspecto Alier esclarece que uma solução nem sempre pode ser alcançada, e que o fundamental é ter em conta todos os valores em jogo na hora da tomada de decisão. É importante evitar um reducionismo que tente resumir todas as formas de valoração a apenas uma perspectiva. No entanto é justamente isso o que acontece, por exemplo, quando a corrente ecologista da ecoeficiência sugere que se tente dar um valor crematístico a todas as facetas que um ambiente natural pode ter: seu valor turístico, seu valor paisagístico, seu valor histórico, seu valor como reserva de biodiversidade, etc. Também é isso o que acontece quando o governo dá uma indenização a determinada população local para, em troca, inundar seu espaço tradicional para a construção de uma hidrelétrica. Enfim, na sociedade industrial atual, é bastante comum que uma parte dos atores tenha poder suficiente para impor não apenas o preço dentro de um sistema de valoração crematística, mas também este sistema de valoração sobre as demais alternativas.

A questão dos diversos sistemas de valoração concomitantes é complexa. Talvez ela não tenha uma solução imediata, nem no plano da prática, nem no plano conceitual. Mas Alier insiste que é preciso enxergar essa característica não tanto como uma dificuldade prática, mas como a natureza própria da economia ecológica. É necessário entender o pluralismo metodológico que esta exige, que é uma orquestração de ciências, justamente o oposto do reducionismo valorativo. Para Martínez Alier (2007, p. 55)

A economia ecológica estuda diferentes processos de tomada de decisões num contexto de conflitos distributivos, valores incomensuráveis e incertezas sem solução.

Assim sendo, e recuperando a ideia de que as populações marginalizadas podem manter relações sustentáveis com a natureza, a economia ecológica sugere a necessidade de articular o novo com o antigo, o rural com o urbano, o local com o global, o conhecimento científico com o tradicional.

Pelo que foi exposto, a economia ecológica dá as bases para o Ecologismo dos Pobres, uma corrente ecologista crítica da ideia de ecoeficiência e, nos moldes de Jean-Pierre Dupuy, do próprio modo de produção industrial. Mas ao mesmo tempo o Ecologismo dos Pobres não equivale à sacralização da natureza, pois se refere a interesses materiais tangíveis – no caso, a manutenção sustentável da subsistência humana.

Em um sistema fechado como a Terra não há externalização absoluta. O que se chama de externalização é na verdade uma transferência do problema – ou da conta – ambiental para partes do sistema mais débeis política e economicamente, e portanto menos capazes de se esquivar. Mais do que uma socialização das perdas, isso equivaleria a uma *Raubwirtschaft* ou economia de saque, categoria utilizada por geógrafos franceses e alemães há mais de um século como referência ao intercâmbio ecológicamente desigual entre países ou entre regiões (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 295, 303 e 341).

Essa economia de saque ajuda a explicar a falsa impressão de que as economias dos países industrializados estariam se desmaterializando. A ideia de crescimento baseado na exportação, aliada às pressões pelo pagamento da dívida externa, induz os países em desenvolvimento a apresentarem uma superoferta de bens primários para os países industrializados. Além da abundância induzida, o preço dessas mercadorias se torna artificialmente mais baixo, escamoteando a dependência das economias do Norte com relação aos produtos primários do Sul.

A economia de saque também ajuda a entender que é a pressão das exportações, e não a pressão populacional, a principal causadora da longa história de espoliação da natureza, bem como da enorme dívida ecológica do Norte para com o Sul.

A partir desses esclarecimentos torna-se compreensível a crítica de Alier ao Relatório Brundtland. Esse relatório sugere que a degradação ambiental se deve à pobreza mundial, e que a solução para esses dois problemas estaria no crescimento econômico (MARTÍNEZ ALIER, 1998,

p. 99-101). Mas a ideia de economia de saque mostra que a degradação ambiental se deve mais ao modelo econômico predominante na economia industrial (e aos países mais desenvolvidos) do que à pobreza. E, por conseguinte, demonstra que o crescimento econômico causaria um aumento da pobreza, da desigualdade e da degradação ambiental, ao invés de resolver esses problemas.

Grupos em todo o mundo sofrem com as externalidades geradas pela economia industrial, e pedem compensação por elas a seus responsáveis. Essa compensação passa pela internalização de tais externalidades, ou seja, seu reconhecimento por parte do sistema econômico e por seus responsáveis diretos. Esse ajuste de contas é um dos pontos centrais do Ecologismo dos Pobres. A ideia de que essa compensação é necessária e justa tem como contrapartida a ideia de uma dívida ecológica entre as partes envolvidas. Essa dívida persiste enquanto as externalidades não são internalizadas, e enquanto uma visão mais abrangente da economia não substitui a visão da economia convencional.

Em termos de relações internacionais o Ecologismo dos Pobres se assenta sobre a percepção de que existe uma dívida ecológica dos países ricos para com os países pobres (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 287-295, 308-318). Essa dívida surge de dois conflitos ecológicos distributivos que são diferentes, mas que se reforçam mutuamente. Um desses conflitos se refere às exportações dos países menos desenvolvidos, adquiridas pelos países mais ricos a preços que não incluem a compensação pelas externalidades. O outro se deve à forma desproporcional como os países ricos usam o espaço e os serviços ambientais, sem pagar a mais por eles, e ignorando os direitos dos outros países a essas mesmas facilidades.

A ideia de intercâmbio ecológicamente desigual, cerne do primeiro conflito, se refere principalmente ao esgotamento dos recursos das regiões pobres, trocados por bens e serviços das regiões mais ricas. O tempo de reposição dos produtos do Sul (para o caso dos recursos renováveis) não é respeitado, ou seja, a extração segue o ritmo imposto pelos centros industriais mundiais e por uma economia autocentrada e alienada. Em outras palavras, o tempo (ecológico) necessário para gerar os bens que trafegam do Sul para o Norte é frequentemente muito maior do que o tempo (industrial) necessário para produzir os bens manufaturados ou os serviços que trafegam no sentido inverso. Os danos para o planeta são perceptíveis.

O Sul não tem força econômica, política ou social para impor a incorporação das externalidades negativas locais no preço de suas exportações. E o Norte, longe de nutrir preocupações nesse sentido, tiraria proveito da situação, caracterizando-se como parte devedora nesse intercâmbio desigual.

O segundo conflito, da apropriação desproporcional do meio ambiente pelos países ricos, é bem ilustrado pelo caso das emissões de carbono. O Norte possui apenas um quarto da população mundial, e mesmo assim responde por três quartos do total dessas emissões. Trata-se de um exemplo bem acabado de uso particular de um espaço que é coletivo – ou, melhor dizendo, de uma investida estatal e nortista sobre um recurso global.

Os países do Norte, ao mesmo tempo em que mantêm atitudes ecológicamente tão insustentáveis, apontam a falta de sustentabilidade com que os países mais pobres gerenciam suas dívidas externas. Nesse sentido a postura do Norte é contraditória: eles concentram suas preocupações sobre a economia, sendo que a esfera ecológica trata de questões mais abrangentes, e de forma muito mais integrada. E, mais do que isso, quando se leva em conta a longa história de intercâmbio ecológicamente desigual em favor do Norte, a dívida externa do Sul talvez já tenha sido paga há tempos, enquanto a dívida ambiental do Norte continua aumentando.

Um intercâmbio justo implica que os importadores paguem preços mais altos pelos produtos ambientais que recebem. Só assim os exportadores poderiam oferecer produtos elaborados segundo processos sustentáveis dos pontos de vista social e ecológico. Portanto não se trata apenas de consertar as relações entre Norte e Sul, mas também de desenvolver um modo de vida que não seja suicida para o homem e danoso para o planeta. O problema, mais uma vez, é a falta de poder (econômico, político, ideológico etc.) dos países do Sul na hora de assumir seu papel de credores ecológicos.

Em geral considera-se que os conflitos ecológicos distributivos ocorrem entre ricos e pobres, ou entre o Norte e o Sul. Alier entende que se trata, mais precisamente, de um conflito entre duas visões de mundo distintas, com diferentes graus de abrangência em suas percepções sobre o sistema Terra. Trata-se também de um embate entre o modo de produção industrial e uma experiência humana em harmonia com o mundo. Essa dicotomia apareceria ainda na forma de atritos e contradições entre a

tecnologia ocidental e o conhecimento indígena tradicional, ou entre a privatização de terras e de recursos e a resistência popular. Nos termos de Martínez Alier (1998, p. 141) “Existe, pois, um conflito entre a destruição da natureza para se ganhar dinheiro, e a conservação da natureza para se poder sobreviver.”. É no estudo dessas dicotomias que consiste o Ecologismo dos Pobres (MARTÍNEZ ALIER, 1998, p. 141-142).

Martínez Alier apresenta essas ideias com uma linguagem às vezes contundente. Apesar disso o Ecologismo dos Pobres constitui uma abordagem teórica abrangente e de grande valor explicativo, que aborda as questões ambientais de uma maneira válida e consistente. O Ecologismo dos Pobres trata do antagonismo entre uma visão ecológica do mundo e uma visão pautada em interesses imediatos e particulares; entre uma visão holística, global e de médio e longo prazo, e uma visão atomística, seccionada e de curto prazo. Essa dicotomia é central para o entendimento do discurso recente sobre o aquecimento global.

O próximo capítulo descreve a ordem ambiental internacional das mudanças climáticas. Seu foco são os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU – o IPCC. Esse Painel é uma organização intergovernamental criada para dar subsídios científicos para as decisões políticas referentes às mudanças do clima. O que move este estudo é justamente verificar se o IPCC se limita ao seu papel de consultor científico, ou se ele é guiado por interesses particulares de algum tipo.